

Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência*

Henrietta L. Moore**

Resumo

Tomo como ponto de partida neste ensaio a questão de um laço estabelecido entre diferença de gênero e tipos de agência. Meu interesse está na relação entre identidade de gênero e discursos de gênero, entre o gênero enquanto vivido e o gênero enquanto construído. Ao final do ensaio, discuto essas questões no contexto da violência interpessoal.

Palavras-chave: Gênero, Agência, Subjetividade, Raça, Violência.

* Capítulo 3 de Henrietta L. Moore, *A Passion for Difference. Essays in Anthropology and Gender*. Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1994, pp.49-70. (Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Adriana Piscitelli.) *Cadernos Pagu* agradece as autorizações da autora e da Polity Press para traduzir este capítulo.

** Professora de Antropologia Social na London School of Economics and Political Science.

Fantacias de poder e fantasias de identidade

Fantasies of Power and Fantasies of Identity:
Gender, Race and Violence

Abstract

I take as my starting point in this essay the issue of an established link between gender difference and types of agency. My concern is with the relationship between gender identity and gender discourses, between gender as it is lived and gender as it is constructed. At the end of the essay I discuss these issues in the context of interpersonal violence.

Key words: Gender, Agency, Subjectivity, Race, Violence.

A identidade de gênero é construída e vivida. Uma observação fácil de fazer, mas muito difícil de desenvolver analiticamente; e sobre a qual é também muito difícil de saber como agir politicamente. A questão, é claro, se põe na relação entre estrutura e práxis, entre o indivíduo e o social. Boa parte da teoria social contemporânea se volta para essa questão, e teóricos notáveis como Anthony Giddens¹ têm tentado elaborar uma teoria da agência (*agency*) que dê conta tanto da institucionalização quanto da mudança social. Os escritos de Pierre Bourdieu² versam sobre o mesmo tema, ainda que de uma perspectiva diferente. Com gênero e com raça, e com tudo o que podemos denominar como princípios estruturantes da vida social humana, o problema de como os indivíduos levam vidas coletivas surge e ressurgue como uma das problemáticas mais urgentes para a ciência social contemporânea. Desde a década de 60, reformulações radicais das noções do social e do cultural estimularam o repensar do lugar do indivíduo e/ou sujeito dentro de estruturas de poder e dominação.³ Um tema importante tem sido o da resistência, e outro, por implicação, mas poucas vezes diretamente mencionado, o da obediência. Como tipos de agência, resistência e obediência são notoriamente difíceis de analisar. O que faz com que os indivíduos resistam ou obedeçam? Ficou cada vez mais claro que não se pode responder a essa pergunta em termos puramente sociais. Questões de desejo, identificação, fantasia e

¹ GIDDENS, Anthony. *Central Problems in Social Theory*. London, Macmillan, 1979; e *The Constitution of Society*. Cambridge, Polity Press, 1984.

² BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977; e *The Logic of Practice*. Cambridge, Polity Press, 1990.

³ A obra de Michel Foucault é a mais importante a respeito disso. Ver FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish*. Harmondsworth, Peregrine, 1977; *The History of Sexuality*. Vol. 1, Harmondsworth, Penguin, 1978; *The Use of Pleasure*. Harmondsworth, Penguin, 1985; *The Care of the Self*. Harmondsworth, Penguin, 1986. Resumos e críticas da obra de Foucault são abundantes, mas para uma revisão de uma perspectiva feminista e um tratamento completo de seus últimos trabalhos, ver McNAY, Lois. *Foucault and Feminism*. Cambridge, Polity Press, 1992.

Fantasia de poder e fantasia de identidade

medo têm que ser discutidas. Cada indivíduo tem uma história pessoal, e é na interseção dessa história com situações, discursos e identidades coletivas que reside a relação problemática entre estrutura e práxis, e entre o social e o indivíduo. Assim, resistência e obediência não são apenas tipos de agência, são também formas ou aspectos da subjetividade; e tanto como tipos de subjetividade quanto como formas da subjetividade são marcadas por estruturas de diferença fundadas no gênero, na raça, na etnicidade e assim por diante. Não há uma lista compreensiva dessas diferenças. De um ponto de vista analítico e político, elas devem ser especificadas no contexto e nunca supostas de antemão. Em um momento, o racial pode ter prioridade sobre o sexual, e em outro a etnicidade pode ser a diferença definidora. O que é claro é que essas formas da diferença estão mutuamente imbricadas, e que, embora possamos falar de prioridades ou determinações entre conjuntos de diferenças, devemos estar cientes de que elas nunca poderão ser cabalmente separadas entre si. Contudo, tomo como ponto de partida neste ensaio a questão de um laço estabelecido entre diferença de gênero e tipos de agência. Meu interesse está na relação entre identidade de gênero e discursos de gênero, entre o gênero enquanto vivido e o gênero enquanto construído. Ao final do ensaio, discuto essas questões no contexto da violência interpessoal.

Um modo fácil de começar a discussão dessa relação é lembrar que os discursos sobre sexualidade e gênero frequentemente constroem mulheres e homens como tipos diferentes de indivíduos ou pessoas. Essas pessoas marcadas por gênero corporificam diferentes princípios de agência – como no caso de muitas culturas ocidentais, onde a sexualidade masculina e pessoas do gênero masculino são retratadas como ativas, agressivas, impositivas e poderosas, enquanto que a sexualidade feminina e pessoas do gênero feminino são vistas como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas. Esses discursos marcados por gênero são em todos os casos construídos através da imbricação mútua com diferenças de raça, classe,

etnicidade e religião.⁴ Assim, indivíduos, formuladores de políticas e representantes institucionais e comunitários acham fácil ter alguma coisa de importância definitiva a dizer sobre homens muçulmanos, e mulheres brancas, e homens negros e mulheres judias, por exemplo. A deprimente verdade é que poucos ficam sem palavras nessas questões de generalidades e de interesse geral! O fato intrigante sobre essas representações ou categorizações dominantes é que elas têm apenas relações tangenciais com os comportamentos, qualidades, atributos e auto-imagens das mulheres e homens individuais. Discursos sobre gênero e categorias de gênero não são poderosos porque oferecem descrições acuradas de práticas e experiências sociais, mas porque, entre outras coisas, produzem homens e mulheres marcados por gênero, como pessoas que *são* definidas pela diferença. Essas formas de diferença são o resultado da operação da significação e do discurso, e quando postas em jogo fazem surgir os efeitos discursivos que produzem a própria diferença de gênero, assim como categorizações de gênero.

A diferença de gênero, como outras formas da diferença, não é um mero efeito da significação ou da linguagem. Se aceitarmos a visão de que o conceito do indivíduo ou pessoa só é inteligível em referência a um conjunto de categorias, discursos e práticas cultural e historicamente específicas, temos que

⁴ Essa é uma questão que os antropólogos foram lentos para perceber. Ver SACKS, Karen. Toward a unified theory of class, race and gender. *American Ethnologist*, 16 (3), pp.534-50. Teóricas de cor afirmam há muito tempo que raça e gênero eram experimentadas simultaneamente e não podem ser separadas em categorias analíticas discretas. Ver DAVIS, Angela. *Women, Race and Class*. New York, Random House, 1981; e HOOKS, bell. *Feminist Theory from Margin to Center*. Boston, South End Press, 1984.) Trabalhos recentes sobre mulheres no local de trabalho nos Estados Unidos fornecem ampla evidência de que as próprias mulheres trabalhadoras reconhecem a natureza mutuamente constitutiva de gênero e raça; para revisões, ver COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought*. London, Unwin Hyman, 1990, cap. 3; e GLENN, E. Nakano. From servitude to service work: historical continuities in the racial division of paid reproductive labour. *Signs*, 18 (1), 1992, pp.1-43.

Fantasia de poder e fantasia de identidade

reconhecer os diferentes modos em que as categorias “mulher” e “homem”, e os discursos que empregam essas categorias, estão envolvidos na produção e reprodução das noções de pessoa e agência. Além disso, tais categorias e discursos participam da produção e reprodução de sujeitos marcados por gênero que os utilizam tanto como representações quanto como auto-representações, como parte do processo de construir a si mesmos como pessoas e agentes. É por essa razão que as categorias simbólicas “mulher” e “homem”, e a diferença inscrita dentro delas e entre elas, têm alguma relação com as representações, auto-representações e práticas cotidianas das mulheres e homens individuais. Mas precisamos alguma maneira de teorizar como os indivíduos se tornam sujeitos marcados por gênero; isto é, como vêm a ter representações de si mesmos como mulheres e homens, como vêm a fazer representações dos outros e a organizar suas práticas de modo a reproduzir as categorias, discursos e práticas dominantes. A reprodução talvez seja aqui mais problemática que a resistência, mas há claras dificuldades sobre a relação a ser postulada entre repressão e inovação, entre ideologias e interpretações. O que é exatamente que as categorias e discursos dominantes determinam? A que nível operam? Alguém realmente acredita identificar-se de todo coração com as categorias dominantes de gênero de sua própria sociedade? Frequentemente parece que o problema dos antropólogos, e dos cientistas sociais em geral, é explicar como os discursos e categorias dominantes são reproduzidos, quando é tão pequeno o número de pessoas preparadas para reconhecer que os apoiam ou neles acreditam. Antropólogos e também sociólogos tendem a argumentar que diferentes tipos de sociedades, em geral calibradas segundo algum esquema de desenvolvimento, variam no grau em que permitem a dissensão, a crítica interna e a inovação. Tais distinções podem ser exageradas, mas o que é claro é que qualquer teoria social deve dar conta tanto da reprodução das categorias e discursos dominantes quanto ocorrem casos de não reprodução, resistência e mudança.

A teoria social recente tem defendido a causa do ator culto, envolvido na auto-reflexão e informado sobre as condições de reprodução da sociedade.⁵ Essa caracterização positiva, no entanto, levanta questões inevitáveis sobre os tipos de conhecimento que se supõe que esses atores tenham. Para fins de discussão, podemos seguir Giddens na identificação de pelo menos três: inconscientes, práticos e discursivos. Giddens define a diferença entre as formas práticas e discursivas na base de uma oposição entre “fundos tácitos” de conhecimento, de um lado, e, de outro, um tipo de conhecimento que os atores podem realmente expressar no discurso.⁶ Essa distinção direta é, certamente, altamente problemática, não porque haja qualquer coisa de particularmente errado na distinção de Giddens, mas porque qualquer distinção entre essas formas de conhecimento é difícil de sustentar. Por exemplo, se um fundo de conhecimento é “tácito”, qual é a diferença entre isso e o fato de ele ser inconsciente? A noção de “tácito” implica claramente que o conhecimento é antes prático que intelectual; em outras palavras, é baseado em coisas que o ator sabe como fazer ou que lhe foram inculcadas.

Essa forma de conhecimento é exatamente o que interessa a Bourdieu, assim como a muitos antropólogos⁷, ainda que o que distinga esses escritores de Giddens seja que eles põem maior ênfase na experiência corporal e nos usos do corpo. O foco no corpo levanta imediatamente a questão de como fazer a distinção entre o conhecimento prático e o discursivo. É fácil retomar aqui o ponto de vista de Giddens, mas só se privilegiarmos as elocuições lingüísticas ou produções textuais baseadas em formas visuais ou escritas. Se em vez disso nos voltarmos à execução estratégica –

⁵ Por exemplo, GIDDENS, Anthony. *Central Problems in Social Theory*. Op. cit., pp.5, 72-73.

⁶ ID., IB., p.5.

⁷ Entre eles, JACKSON, Michael. Knowledge of the body. *Man*, 18 (2), 1983, pp.327-345.

Fantasia de poder e fantasia de identidade

como freqüentemente fazem os antropólogos – de uma série de gestos ou atividades práticas, como a maneira em que um certo trabalho é feito, então devemos nos perguntar se essa estratégia consciente deve ser caracterizada como conhecimento prático ou discursivo.

O fato é que não é possível estar plenamente consciente do que se faz com o corpo, mesmo que na mente sejam claras as intenções; nem em verdade em relação a atos de fala, como Freud demonstrou há muito. O prático e o discursivo só estão livres do inconsciente para fins de análise da ciência social. Podemos discutir a natureza desse inconsciente – tem ele uma forma universal e invariante? – mas é igualmente claro que o próprio inconsciente é formado pelo envolvimento prático e discursivo com o mundo. Fontes inconscientes do conhecimento e da práxis são obviamente cruciais para qualquer noção de agência, e particularmente para uma noção que queira dar conta de diferenças visíveis, como as de gênero e raça. Isso significa que, por mais crucial que o conceito do ator culto seja para uma ciência social emancipadora, devemos evitar postular o ator como sobre-humanamente culto; isto é, devemos reconhecer que ninguém pode jamais estar plenamente consciente das condições de sua própria construção.

A antropologia e o sujeito indiferenciado

Isso é particularmente importante quando se trata de considerar a identidade de gênero enquanto construída e enquanto vivida. Não podemos ser plenamente sabedoras nem dos determinantes inconscientes nem dos determinantes sociais da identidade de gênero, mas podemos estar certas de que ela não é simplesmente uma identidade passiva adquirida pela socialização. Identidades de todo tipo são claramente forjadas pelo envolvimento prático em vidas vividas, e como tais têm dimensões individuais e coletivas. Um dos conjuntos de processos ou relações mais difíceis de captar quando se trata de discutir a construção de

sujeitos marcados por gênero é como as representações sociais do gênero afetam as construções subjetivas, e como a representação ou auto-representação subjetiva do gênero afeta sua construção social. Essa tarefa se torna quase impossível na antropologia, porque a disciplina trabalha tradicionalmente com coletividades: outras culturas. Essas coletividades são formadas de unidades discretas ou indivíduos. Uma consequência dessa posição é uma visão muito específica da natureza da relação entre o social e o indivíduo, visão essa que enfatiza que os indivíduos nascem em culturas e se tornam membros delas por processos de aprendizado e socialização. Isso implica não só que as culturas existem antes dos indivíduos, mas que os indivíduos enquanto unidades existem antes de seu contato com o social; que eles são entidades de alguma maneira singulares que requerem uma marca cultural. A fraqueza dessa abordagem é que ela recria o indivíduo e o social como antinomias, e é incapaz de fazer uma exposição coerente de sua mútua construção.⁸ Como não há forma interveniente ou mediadora, o indivíduo e o social ficam estranhos um ao outro numa série cambiante de determinações hierárquicas.

A situação é particularmente inapropriada para teorizar como as pessoas adquirem uma identidade de gênero, e como produzem e reproduzem essa identidade ao longo do tempo. Até recentemente, a identidade de gênero era inteiramente não problemática numa perspectiva antropológica porque era vista como consequência direta da exposição e aceitação de categorias culturais. Na realidade, a situação era muitas vezes muito pior do que isso porque freqüentemente se supunha que a identidade de gênero era um resultado direto de categorias biológicas, e que o que era adquirido pela socialização não passava em realidade de um brilho cultural. Os antropólogos, é claro, eram capazes de lidar

⁸ Uma exceção notável a esse respeito foi o trabalho de OBEYSEKERE, Gananath. *Medusa's Hair: An Essay on Personal Symbols and Religious Experience*. Chicago, University of Chicago Press, 1981. Muitas pesquisas em antropologia psicanalítica e psicológica também fazem uma crítica dessas suposições mais antigas.

Fantasia de poder e fantasia de identidade

com questões sobre terceiros gêneros e outras formas de diferenças de gêneros precisamente porque os viam como exemplos ou casos de variação cultural. Mas isso não altera o fato de que a questão da própria identidade de gênero nunca foi vista como um enigma porque se supunha que fosse determinada sem ambigüidades por categorizações culturais e entendimentos normativos.

Quando a identidade de gênero é vista como um enigma, como uma coisa que requer explicação, tanto de um ponto de vista subjetivo como de um ponto de vista coletivo, torna-se clara a inadequação da categoria padrão de indivíduo empregada nos escritos antropológicos. Apesar do reconhecimento da variabilidade cultural das noções de indivíduo e pessoa, a antropologia habitualmente apresenta uma noção de indivíduo quase inteiramente intocada pelas recentes críticas feministas e pós-estruturalistas do sujeito humanista.⁹ Os termos “sujeito” e “subjetividade” são raramente empregados, e a noção do sujeito enquanto internamente diferenciado está quase inteiramente ausente. Este ensaio argumenta que, a fim de compreender questões de identidade de gênero, subjetiva e socialmente, a antropologia precisa de uma teoria do sujeito.

O conceito pós-estruturalista do sujeito que surgiu de debates recentes é muito diferente do sujeito unificado pós-iluminista que ele busca desconstruir. A premissa básica do pensamento pós-estruturalista sobre o sujeito é que discursos e práticas discursivas fornecem posições de sujeito, e que os indivíduos assumem uma variedade de posições de sujeito dentro

⁹ Críticas recentes na antropologia questionam que a noção de ‘sociedade’ possa ser considerada um dado pré-existente em torno do qual possamos orientar nosso trabalho (por exemplo, STRATHERN, Marilyn. *The Gender of the Gift*. Berkeley, University of California Press, 1988.), mas a noção do indivíduo como singular e que mantém uma relação não problemática com uma entidade material ficou intocada.

de diferentes discursos.¹⁰ Entre outras coisas, isso significa que um sujeito singular não pode mais ser equivalente a um indivíduo singular. Indivíduos são sujeitos multiplamente constituídos, e podem assumir múltiplas posições de sujeito dentro de uma gama de discursos e práticas sociais. Algumas dessas posições de sujeito serão contraditórias e entrarão em conflito entre si. Assim, o sujeito no pensamento pós-estruturalista é composto de, ou existe como, um conjunto de posicionamentos e subjetividades múltiplas e contraditórias. O que mantém essas subjetividades múltiplas como unidade de modo que constituam agentes no mundo são coisas como a experiência subjetiva da identidade, o fato físico de ser um sujeito num corpo e a continuidade histórica do sujeito, onde posições passadas de sujeito tendem a sobredeterminar posições presentes de sujeito. A noção do sujeito como lugar de subjetividades múltiplas e potencialmente contraditórias é muito útil. Se a subjetividade for vista como singular, fixa e coerente, torna-se muito difícil explicar como os indivíduos constituem seu sentido de si mesmos – suas auto-representações como sujeitos – por referência a várias posições de sujeito freqüentemente contraditórias entre si e não a uma posição singular de sujeito.

A razão porque a antropologia como disciplina deixou de reconhecer o potencial dessa abordagem para o estudo do gênero e da identidade de gênero se liga à sua suprema preocupação com a diferença cultural e à maneira como ela tradicionalmente lida com formas de diferença de categorias. Por exemplo, a análise simbólica do gênero na antropologia nas décadas de 70 e 80 enfatizava que os sistemas de gênero eram culturalmente construídos e, portanto, variáveis. Isso significava, paradoxalmente, que essa importante pesquisa sobrepunha a variação intercultural à intracultural. A implicação era que, como todas as culturas definiam e construíam o gênero de maneiras

¹⁰ Para uma revisão das várias posições pós-estruturalistas sobre o sujeito e a subjetividade, ver SMITH, Paul. *Discerning the Subject*. Minnesota, University of Minnesota Press, 1988.

específicas, cada cultura tinha seu próprio e distintivo sistema de gênero. Contudo, trabalho recente na antropologia demonstrou que as culturas não têm um modelo único de gênero ou um sistema único de gênero, mas uma multiplicidade de discursos sobre o gênero que podem variar tanto contextualmente como biograficamente.¹¹ Esses diferentes discursos sobre gênero são freqüentemente contraditórios e conflitantes. A antropologia, portanto, começou a afastar-se do modelo simplista de um sistema único de gênero em que os indivíduos devem ser socializados, e a aproximar-se de um entendimento mais complexo do modo em que os indivíduos passam a assumir posições de sujeitos marcados por gênero através do envolvimento com múltiplos discursos sobre gênero. Esse movimento permitiu que os pesquisadores se voltassem para processos de fracasso, resistência e mudança na aquisição de identidade de gênero, e também para casos de obediência, aceitação e investimento.

Uma ênfase na resistência e no fracasso – isto é, na parcialidade dos efeitos do discurso – ajuda a explicar a evidente disparidade entre a gama de discursos sobre gênero que existem em qualquer contexto particular e as reais auto-representações de mulheres e homens individuais enquanto sujeitos marcados por gênero. Mas esse movimento na antropologia não é tão radical como pode parecer à primeira vista, porque ainda permanecem questões sobre a *localização* da diferença. Em termos gerais, embora a antropologia agora reconheça a existência de múltiplos discursos sobre gênero, ela ainda insiste em considera-los como tantas instâncias de variação cultural dentro de uma cultura. A noção de indivíduo não se alterou, nem a concepção da relação entre o indivíduo/sujeito e o social. Um passo intelectual adicional é necessário, e isso envolve um reconhecimento da distinção entre localizar a multiplicidade e a contradição entre o individual e o

¹¹ SANDAY, Peggy Reeves e GOODENOUGH, Ruth. (eds.) *Beyond the Second Sex: New Directions in the Anthropology of Gender*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990; STRATHERN, Marilyn. *Understanding Inequality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

social/ideológico, e localizar tais processos e momentos da diferença dentro do próprio sujeito. O que é necessário é que ambos os níveis ou momentos da diferença sejam analisados simultaneamente; e isso é de fato essencial, pois eles não podem ser apropriadamente separados.

Parece evidente que os indivíduos constituem suas auto-representações enquanto sujeitos marcados por gênero em várias e diferentes posições de sujeito fundadas no gênero. É também certo que em momentos diferentes a maioria dos indivíduos serão levados a representar uma variedade dessas posições e terão, portanto, que construir a si mesmos e suas práticas sociais em termos de um conjunto concorrente de discursos sobre o que é ser uma mulher ou um homem. Essas noções concorrentes não são simplesmente idéias, porque enquanto discursos têm força tanto material como social. Assim, a representação de posições de sujeito fundadas no gênero fornece as condições para a experiência de gênero e da diferença de gênero, ainda que essas posições sejam rejeitadas ou haja resistência a elas.

Muitas mulheres reconhecem a sensação de serem pessoas diferentes em diferentes situações sociais que demandam diferentes qualidades e modos de feminilidade. A gama de maneiras de ser mulher aberta a cada uma de nós num momento particular é extremamente ampla, mas sabemos, ou sentimos que deveríamos saber, o que se espera de nós em situações particulares – em encontros românticos, quando alcovitamos para o chefe, quando lidamos com crianças ou posamos para fotógrafos de moda. Podemos abraçar essas maneiras de ser, essas posições de sujeito, de todo coração, podemos rejeita-las de uma vez ou podemos oferecer resistência, ainda que obedecendo à letra do que se espera de nós. Mas, mesmo quando resistimos a uma posição particular de sujeito e ao modo de subjetividade

Fantasia de poder e fantasia de identidade

que ele traz consigo, o fazemos da posição de uma definição social alternativa da feminilidade.¹²

A experiência do gênero, de ser um sujeito marcado por gênero, recebe significado no discurso e nas práticas que esse discurso informa. Os discursos são estruturados pela diferença, e assim mulheres e homens assumem diferentes posições de sujeito dentro do mesmo discurso, ou, melhor, o mesmo discurso os posiciona como sujeitos de maneiras diferentes. Todos os principais eixos da diferença, raça, classe, etnicidade, sexualidade e religião têm interseções com o gênero, que oferecem uma multiplicidade de posições de sujeito dentro de qualquer discurso. Essa noção do sujeito marcado por gênero como lugar de múltiplas diferenças, e portanto de múltiplas subjetividades e identidades concorrentes, é o resultado da recente crítica feminista da teoria pós-estruturalista e desconstrucionista. Esse trabalho foi inspirado na noção lacaniana do sujeito em contradição e em processo, mas como observa De Lauretis, a reformulação feminista do sujeito pós-estruturalista – o que poderia ser designado como o sujeito pós-pós-estruturalista – é fundamentalmente diferente. Em particular, ela argumenta que a noção de identidade como múltipla e mesmo autocontraditória aponta para uma concepção mais útil do sujeito do que a proposta pela psicanálise neofreudiana e as teorias pós-estruturalistas.

Pois não é a identidade fragmentada ou intermitente de um sujeito construído em divisão exclusivamente pela linguagem, um “eu” continuamente prefigurado e apropriado numa ordem simbólica imutável. Nem tampouco, para resumir, a identidade imaginária do sujeito individualista, burguês, que é masculino e branco; nem a “cintilação” do sujeito lacaniano pós-humanista, que é

¹² WEEDON, Chris. *Feminist Practice and Poststructuralism Theory*. Oxford, Basil Blackwell, 1987, p.86.

quase branco e, na melhor das hipóteses, feminino. O que emerge na escrita feminista é, em vez disso, o conceito de uma identidade múltipla, cambiante e muitas vezes autocontraditória... uma identidade feita de representações heterogêneas e heterônomas de gênero, raça e classe, e muitas vezes cortando línguas e culturas.¹³

Essa visão feminista pós-pós-estruturalista do sujeito é, claramente, radicalmente diferente do sujeito tradicional da investigação antropológica, o indivíduo unitário, inteiro, racional que é prototipicamente masculino. A “pessoa” no discurso antropológico é não só masculina por exclusão, mas é também um indivíduo cuja identidade é garantida “externamente” pela diferença. Assim, em sua natureza unitária, o indivíduo antropológico é definido pela diferença em relação a outros indivíduos na mesma cultura, assim como pela diferença em relação a outros indivíduos em outras culturas. O sujeito pós-pós-estruturalista, por outro lado, é o lugar das diferenças; diferenças que constituem o sujeito e são “internas” a ele. Essa noção de um sujeito “internamente” diferenciado, constituído no e pelo discurso, é analiticamente poderosa. É de valor particular para analisar a questão de como os indivíduos se tornam marcados por gênero e adquirem uma identidade de gênero no contexto de diversos discursos co-existentes sobre gênero, que podem contradizer-se e entrar em conflito. Para demonstrar esse ponto, é necessário discutir a relação entre múltiplos discursos de gênero e outros discursos da diferença dentro de um mesmo contexto social.

¹³ DE LAURETIS, Teresa. (ed.) *Feminist Studies/Critical Studies*. London, Macmillan, 1986, p.9.

Discurso e dominação

Discursos de gênero variam entre culturas. É claro que muitos são oposicionais, isto é, são construídos em torno da idéia de que o gênero tem duas formas, uma feminina e a outra masculina, e que as categorias “mulher” e “homem” que são produzidas pelos vários discursos da diferença são mutuamente exclusivas. Mas nem todos os discursos de gênero têm como premissa a mútua exclusividade das categorias “mulher” e “homem”. Em muitas culturas, gênero é concebido processualmente, e feminilidade e masculinidade são qualidades de pessoas biograficamente situadas em vez de categorias.¹⁴ Mas a variação intercultural deve ser entendida no contexto da variação intracultural. A existência de múltiplos discursos de gênero dentro de um mesmo contexto social significa que em muitas situações um discurso que enfatiza a natureza oposicional e mutuamente exclusiva das categorias de gênero pode existir ao lado de outros discursos que enfatizam a natureza processual, mutável e temporária da atribuição de gênero. A coexistência de múltiplos discursos, contudo, produz uma situação em que os diferentes discursos sobre gênero são hierarquicamente ordenados. O ordenamento pode ser tanto contextual como biograficamente variável, e também pode estar sujeito à mudança histórica. O resultado é que alguns discursos sobredeterminam outros, e vários discursos sub-dominantes se desenvolvem em oposição aos dominantes.

Em muitas culturas, discursos oposicionais de gênero são não só estrutural e hierarquicamente dominantes, mas também hierarquicamente estratificados internamente. Como, por exemplo, onde a mulher é vista como o outro do homem, o que o homem não é, o que lhe falta, e objeto do desejo e do

¹⁴ Por exemplo, MEIGS, Anna. Multiple gender ideologies and statuses. In: SANDAY, Peggy Reeves e GOODENOUGH, Ruth. (eds.) *Beyond the Second Sex*. Op.cit., 1990, pp.101-12.

conhecimento do homem. O que é importante aqui é que as relações de diferença de gênero são muitas vezes hierarquicamente ordenadas tanto dentro do discurso dominante quanto entre os discursos. Isso faz surgir uma situação em que formas de diferença passam a se substituir, e as distinções codificadas entre elas se tornam o lugar principal de produção de efeitos mais gerais de poder.

Bob Connell defende a existência de uma pluralidade de feminilidades e masculinidades dentro do mesmo contexto social, e dá exemplos interessantes da vida australiana e britânica que ilustram as relações hierárquicas entre discursos dominantes e subdominantes. Ele descreve uma escola australiana onde dois grupos identificáveis de meninos estão em conflito. Um grupo são os *bloods*, o grupo tradicional, esportista e fisicamente ativo, que intimida os membros do segundo, conhecidos como *cyrils*, descritos como “pequenos, muito espertos, socialmente inteiramente inadequados, mas com muito bons cérebros. Todos têm óculos, são baixinhos, muito gordos e assim por diante”.¹⁵ Seria equivocado representar a diferença entre essas masculinidades como um simples escolha. Esse padrão de diferença, como indica Connell, é um produto de possíveis posições de sujeito oferecidas aos indivíduos na escola como parte de uma tensão na política da escola entre o sucesso fundado no desempenho esportivo e sucesso fundado na excelência acadêmica. Essa tensão reflete a dinâmica social e cultural mais ampla sobre como ter sucesso no mundo, e sobre que tipo de homem de sucesso se pode ser. A escola, para ser atraente aos pais e alunos, precisa dos dois tipos de masculinidade e retribui as duas formas de realização, ainda que de modos diferentes. Contudo, o que é mais interessante é a maneira em que a diferença de gênero se inscreve nessa diferença entre masculinidades. Nesse caso, os perpetradores da violência, os intimidadores, são os *bloods*, quando perseguem os *cyrils* por

¹⁵ CONNELL, Robert. *Gender and Power*. Cambridge, Polity Press, 1987, p.177.

Fantasia de poder e fantasia de identidade

efeminados, por sua falta de coragem física e sua passividade e fraqueza geral.¹⁶

A inscrição da diferença de gênero na diferença entre ou dentro das múltiplas feminilidades ou masculinidades no mesmo contexto social é de interesse particular. Uma das coisas reveladas é a extraordinária variedade de tipos de práticas sociais, discursos e instituições que oferecem e trabalham essas múltiplas feminilidades e masculinidades. A medida em que os indivíduos são capazes de reconhecer as posições alternativas de sujeito disponíveis é obviamente variável, mas a falta de qualquer reflexão consciente sobre a possibilidade de *escolha* não significa que os indivíduos não “selecionem” ou “invistam” em múltiplas posições de sujeito. A seleção – e este é claramente um termo problemático – é alguma coisa que podem fazer na prática, e não é alguma coisa a que devam estar consciente e intelectualmente atentos. De qualquer modo, o reconhecimento de feminilidades e masculinidades alternativas possíveis é facilitado em certa medida pelo fato de que os discursos concorrentes são construídos como contrapontos um ao outro.

Connell dá um exemplo tirado da propaganda britânica, em que descreve dois anúncios. Em um, de um perfume, uma mulher caminha audaciosa de calças compridas, e essa imagem pretende mostrar várias coisas sobre atividade, profissionalismo, autodeterminação e assim por diante. Num segundo anúncio – e deve-se ter em conta que freqüentemente esses anúncios podem aparecer na mesma revista ou no mesmo tapume – uma empresa anuncia suas meias transparentes, acompanhadas da frase “para meninas que não querem usar calças compridas”.¹⁷ Nos casos dos dois anúncios, as imagens de feminilidade que transmitem só são compreensíveis dentro de discursos de gênero mais amplos, mas sua compreensão é basicamente dependente da referência explícita à natureza mutuamente exclusiva das categorias de

¹⁶ Id., *ib.*, pp.177-8.

¹⁷ Id., *ib.*, p.179.

gênero dominantes. Mas no caso do anúncio do perfume é precisamente com esse hiato entre as categorias dominantes de gênero e as realidades das experiências de identidade de gênero e de papéis de gênero das mulheres individuais que o anúncio pretende jogar. É esse elemento de jogo que torna sedutor o anúncio, e portanto o produto que ele promove. O anúncio das meias joga com o mesmo hiato, mas da perspectiva oposta, e se envolve sutilmente com ansiedades sobre definições cambiantes dos papéis de gênero. Em certo sentido, os anúncios brincam entre si, cada um interrompe e continua a narrativa do outro. Esse jogo paródico é um traço perceptível de boa parte da propaganda contemporânea. O que é interessante, é claro, é que ela continuamente reinscreve as categorias e discursos dominantes pela referência a uma relação fixa de diferença, embora pareça incorporar o desafio, a resistência e a mudança.

É pelo envolvimento com as posições de sujeito oferecidas pelos discursos nesse nível e pelo investimento nelas que as mulheres e homens individuais conseguem reproduzir o discurso cultural dominante, ao mesmo tempo em que se mantêm a certa distância das categorias desse discurso. E é nesse nível que podemos falar propriamente da existência de múltiplas feminilidades e masculinidades, múltiplas maneiras de ser feminina ou masculino dentro do mesmo contexto. No entanto, gênero como uma forma de diferença não pode ser considerado isoladamente. A mútua imbricação de conjuntos de diferenças salientes significa que uma forma de diferença pode substituir outra e/ou que diferenças invocadas em um contexto podem ser utilizadas para reformular diferenças relevantes em outro. Essa é uma característica processual e estrutural da vida humana que está aberta à mudança histórica e que sempre requer cuidadosa especificação analítica. E um exemplo maior em muitos contextos contemporâneos é a mútua determinação dos discursos sobre gênero e raça. Muitos acadêmicos descreveram a maneira em que as categorias de diferença de raça são sexualizadas, de tal modo que homens em muitas populações oprimidas são retratados tanto

como hipermasculinos quanto como feminilizados.¹⁸ Essa situação é constantemente reforçada pela utilização de metáforas populares em formas do inglês que conjugam a opressão com a perda da potência sexual e da masculinidade: emasculação, castração, impotência. Em contextos onde raça e gênero são mutuamente constitutivos entre si é fundamental não escorregar para uma discussão que implique que gênero e raça estão imbricados apenas para aqueles que são oprimidos e designados como outros. Acadêmicos negros continuamente enfatizam essa questão, mas ela é usualmente ignorada ou repetida simplesmente como forma de retórica.¹⁹ A experiência dominante do gênero para as pessoas brancas está profundamente racializada, precisamente porque sua raça é ao mesmo tempo uma categoria não marcada e construída em contra-distinção a outras identidades de raça.

Contudo, a mútua imbricação de gênero e raça tão familiar nesta conjuntura histórica não pode ser necessariamente superimposta em outros contextos. “Raça” e “gênero”, como utilizadas no discurso acadêmico e no popular, são termos generalizantes que carregam supostos e estruturas muito específicos, e são como tais noções histórica e contextualmente

¹⁸ As interseções de raça e gênero no contexto do colonialismo e do imperialismo foram consideradas por muitos acadêmicos e a literatura é ampla, mas para um argumento informativo e revisões ver STOLER, Ann. Making empire respectable: the politics of race and sexual morality in 20th century colonial cultures. *American Ethnologist*, 16 (4), 1989, pp.634-60; e Carnal knowledge and imperial power: gender, race and morality in colonial Asia. In: DI LEONARDO, M. (ed.) *Gender at the Crossroads of Knowledge*. Berkeley, University of California Press, 1991, pp.51-102.

¹⁹ “Uma mudança de rumo que seria ótima seria a produção de um discurso sobre raça que interrogasse a brancura... Numa porção excessiva da escrita contemporânea... a raça é sempre uma questão do outro que não é branco; é negro, marrom, amarelo, mesmo púrpura”. HOOKS, bell. *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*. London, Turnaround Press, 1991, p.54.; ver também COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought*. Op.cit. Toni Morrison discute a natureza não marcada da categoria “branco” na tradição literária norte-americana. MORRISON, Toni. *Playing in the Dark*. Harvard, Harvard University Press, 1992.

delimitadas.²⁰ Muitos escritores argumentaram que nas sociedades ocidentais, e talvez globalmente, um tipo particular de masculinidade hegemônica ordena a relação estrutural entre feminilidades e masculinidades alternativas.²¹ Essa é a masculinidade associada ao capitalismo global e à dominação do ocidente na vida econômica e política, e é também a masculinidade que constrói as auto-representações dos homens que em realidade dominam o mundo – cujo exemplo recente mais notório talvez tenha sido Ronald Reagan. Connell²² argumenta que, pela operação dessa forma hegemônica da masculinidade, as construções dominantes de gênero estão fortemente implicadas em outras relações sociais, se não estiverem inscritas nelas. Assim, a masculinidade hegemônica penetra relações políticas e econômicas de uma maneira que assegura que a própria dominação é marcada por gênero.²³ Grupos ou cabalas de homens heterossexuais – isto é, representados como heterossexuais – poderosos dominam tanto a condução dos estados modernos quanto as relações entre os estados, controlando assim os meios da força e da violência públicas. Esses meios não são simplesmente militares, mas também econômicos e políticos. Como resultado, não é em geral necessário reforçar sua dominação com o uso da força física real a menos que – como na

²⁰ Para discussões excelentes da maneira como os discursos da raça e da alteridade mudaram ao longo do tempo, ver VAUGHAN, Megan. *Curing Their Ills*. Cambridge, Polity Press, 1991 e THOMAS, Nicholas. *Colonialism's Culture*. Cambridge, Polity Press, 1994. Ambas indicam como os discursos da alteridade racial são cruciais para a construção da identidade branca.

²¹ Acadêmicas feministas foram as primeiras a construir argumentos desse tipo, mas mais recentemente o tema surgiu nos escritos dos que se ocupam de estudos masculinos e da teorização da masculinidade. A afirmação teórica muito clara de Connell deriva certamente de sua leitura dos textos feministas. CONNELL, Robert. *Gender and Power*. Op.cit.

²² ID., IB.

²³ MORGAN, Robyn. *The Demon Lover: On the Sexuality of Terrorism*. New York, W.W.Norton, 1988.

recente Guerra do Golfo – haja uma ruptura do controle econômico e político.

É claro que essa forma hegemônica da masculinidade é acompanhada por uma forma hegemônica de racismo. As estruturas globais de poder se fundam em distinções raciais que são muitas vezes utilizadas tanto para sobredeterminar quanto para substituir outras formas de diferença. O exemplo mais patente na Europa do presente é o emprego das palavras “árabe” e “muçulmano” como termos ofensivos e categorias de discriminação.²⁴ O modo como um termo substitui o outro indica a interpenetração dos vários discursos da diferença. De modo parecido, o tratamento atual do Iraque pelo ocidente mostra a importância não só de dominar, mas de feminilizar e pacificar o que é dominado, a fim de, pelo menos em parte, estabelecer uma relação hierárquica de dominação que parece tão natural quanto a própria diferença de gênero.

A violência ao nível nacional e internacional é fortemente sexualizada, e a distinção entre autores e vítimas da violência é freqüentemente representada como uma diferença marcada por gênero. Gênero, ou melhor, a diferença marcada por gênero, passa a representar diferenças muito reais de poder entre grupos de pessoas e entre indivíduos, e em muitos contextos é construído em referência a discursos de diferença racial. Os idiomas de gênero e de raça são assim usados muitas vezes para ordenar diferenças de poder e/ou prestígio, com o resultado de que o próprio poder é representado em muitos contextos como sexualizado e racializado.

Essas formas de masculinidade e de racismo hegemônicos são reconhecivelmente ocidentais; isto é, estão ligadas à ascensão do poder econômico e político do ocidente e são parte de um discurso ocidental sobre o outro. De qualquer modo, vale notar que essa forma particular de masculinidade hegemônica é agora global, e é significativo que tenha encontrado ressonâncias em

²⁴ KABBANI, Rana. *Europe's Myths of Orient*. London, Macmillan, 1986.

muitas masculinidades locais ou nativas. Agora não é mais possível analisar discursos sobre gênero, onde quer que ocorram, sem reconhecer as maneiras pelas quais estão implicados em processos mais amplos de mudança econômica e política muito além do controle das comunidades locais. A experiência pessoal do gênero e das relações de gênero está ligada ao poder e às relações políticas em diversos níveis. Uma consequência disso é que fantasias de poder são fantasias de identidade.

Investir na identidade

A discussão na seção anterior enfatizou que não há uma única feminilidade ou masculinidade com que as mulheres e homens individuais possam se identificar em seus contextos sociais, mas sim uma variedade de feminilidades e masculinidades possíveis fornecidas pelos discursos concorrentes e contraditórios que existem, e que produzem e são reproduzidos por práticas e instituições sociais. No entanto, a sexualidade está intimamente ligada ao poder de tal modo que o próprio poder e a própria força são sexualizados, isto é, estão inscritos na diferença de gênero e na hierarquia de gênero. Essa ligação não precisa ser confinada a uma discussão das formas dominantes da masculinidade ou dos discursos sobre gênero ocidentais, ainda que pressuponha a existência de um discurso dominante sobre gênero, que pode, em teoria, ser um discurso localmente específico. Duas questões surgem desse argumento. Primeiro, a feminilidade e a masculinidade não podem ser tomadas como características singulares, fixas, que são exclusivamente localizadas em mulheres e homens. Temos que concordar com isso se reconhecermos que a subjetividade não é unitária e é múltipla, e que é produto, entre outras coisas, dos variados discursos e práticas relativos a gênero e à diferença de gênero. Mulheres e homens vêm a ter diferentes entendimentos de si mesmos como pessoas marcadas por gênero porque têm posições diferentes em relação aos discursos relativos

a gênero e sexualidade, e elas e eles assumem posições diferentes dentro desses discursos.

A vantagem de uma teoria que enfatiza a existência de discursos concorrentes e potencialmente contraditórios sobre gênero e sexualidade e não um único discurso é que podemos formular a pergunta: como ocorre que as pessoas assumam uma posição em um discurso e não outra? Essa pergunta foi feita no começo deste ensaio e ainda não foi respondida. Se tornar-se uma pessoa marcada por gênero não é uma simples questão de concordar ou identificar-se com uma única feminilidade ou masculinidade, então o que é que faz que pessoas assumam uma posição particular de sujeito e não outras? O que explica as diferenças entre as pessoas em relação a suas auto-representações enquanto indivíduos marcados por gênero? Como os homens se diferenciam em relação a seu entendimento da masculinidade, e por que as mulheres se diferenciam em relação a seu entendimento e representações da feminilidade, do que é ser uma mulher? Qual é a relação entre discursos e identidades pessoais?

Wendy Holloway sugeriu que podemos chegar a um entendimento do que faz as pessoas assumirem certas posições de sujeito desenvolvendo uma noção de “investimento”. Se a qualquer momento existirem discursos concorrentes, possivelmente contraditórios, sobre feminilidade e masculinidade, então o que motiva os indivíduos a assumirem uma posição de sujeito e não outra é seu grau de “investimento” numa posição particular de sujeito. Holloway concebe um investimento como alguma coisa entre um compromisso emocional e um interesse. Tal interesse ou compromisso reside no poder relativo, concebido em termos da satisfação, retribuição ou vantagem que uma posição particular de sujeito promete, mas não necessariamente realiza.²⁵ É claro que o termo “investimento” poderia ser

²⁵ HOLLOWAY, Wendy. Gender difference and the production of subjectivity. In: HENRIQUES, Julian; HOLLOWAY, Wendy; URWIN, Cathy; VENN, Conze and WALKERDINE, Valerie. (eds.) *Changing the Subject: Psychology, Social Regulation and Subjectivity*. London, Methuen, 1984, p.238.

problemático, devido a seu tom economicista. Mas é útil precisamente porque nos permite reter uma ligação entre questões de poder e questões de identidade. Se imaginarmos que os indivíduos assumem certas posições de sujeito por causa do modo em que essas posições dão prazer, satisfação ou retribuição ao nível individual ou pessoal, devemos também reconhecer que essas satisfações individuais têm poder e significado apenas no contexto de vários discursos e práticas institucionalizados, isto é, no contexto de certos modos sancionados de subjetividade. Holloway enfatiza que assumir uma posição ou uma variedade de posições em discursos concorrentes não diz respeito apenas à construção da auto-identidade e da subjetividade. Argumenta que estar posicionado é sempre estar posicionado em relação aos outros, e assim nossas inter-relações com outros indivíduos – intersubjetividade – também determinarão as posições que assumimos. Ademais, há a questão do poder institucional dos discursos hegemônicos ou dominantes, onde há muitos benefícios a serem ganhos da construção do eu como tipo particular de pessoa, interagindo com os outros de maneiras específicas. É importante reconhecer que o investimento é uma questão não apenas de satisfação emocional, mas de benefícios materiais sociais e econômicos muito reais que são a retribuição do homem respeitável, da boa esposa, da mãe poderosa ou da filha bem comportada em muitas situações sociais. É por essa razão que modos de subjetividade e questões de identidade estão ligadas a questões de poder, e aos benefícios materiais que podem ser uma consequência do exercício desse poder.

Seria no entanto um erro representar o processo de assumir uma posição de sujeito como uma simples escolha. Pois a contextualização histórica dos discursos significa que não todas as posições de sujeito são iguais, algumas posições carregam muito mais retribuição que outras e algumas são negativamente sancionadas. O papel dos discursos hegemônicos ou dominantes sobre gênero e identidade de gênero é central aqui. Embora os discursos não dominantes certamente ofereçam posições de

Fantasia de poder e fantasias de identidade

sujeito e modos de subjetividade que podem ser individualmente satisfatórios e que podem desafiar ou resistir aos modos dominantes, aqueles indivíduos que desafiam e resistem aos discursos dominantes sobre gênero e identidade de gênero muitas vezes descobrem que o fazem a expensas de coisas como poder e aprovação sociais e mesmo benefícios materiais. O mesmo argumento pode também explicar porque os que ocupam o poder são tão vulneráveis a acusações sobre sua sexualidade e comportamento sexual. A segunda razão porque assumir uma posição de sujeito não pode ser visto como uma questão de escolha se liga à natureza múltipla e contraditória da subjetividade. O fato de que indivíduos assumem múltiplas posições de sujeito, algumas das quais podem estar em contradição entre si, obviamente não pode ser explicado em termos de uma teoria da escolha racional. A noção de investimento de Holloway lembra as motivações emocionais e subscientes de assumir várias posições de sujeito. Nesse contexto a fantasia, no sentido de idéias sobre o tipo de pessoa que se gostaria de ser e o tipo de pessoa que se gostaria que os outros acreditassem que se é, tem claramente um papel a desempenhar. Tais fantasias de identidade se ligam a fantasias de poder e agência no mundo. Isso explica porque conceitos como reputação se conectam não só a auto-representações e auto-avaliações do eu, mas ao potencial de poder e agência que uma boa reputação confere. A perda da reputação poderia significar uma perda de condições de sobrevivência, e a falta de uma boa posição social pode tornar os indivíduos incapazes de seguir várias estratégias ou cursos de ação. O uso do termo “fantasia” é importante aqui porque enfatiza a natureza muitas vezes afetiva e subsciente do investimento em várias posições de sujeito, e nas estratégias sociais necessárias para manter esse investimento. Quero voltar-me brevemente agora a uma discussão da relação entre identidade de gênero e violência interpessoal como maneira de considerar essas questões de modo mais concreto.

Identidade de gênero e violência interpessoal

A própria Holloway não discute a relação entre identidade, subjetividade, poder e violência. Mas é possível sugerir uma ligação entre a frustração dos investimentos em várias posições de sujeito baseadas no gênero e a violência interpessoal. Frustração no caso pode ser entendida como a incapacidade de manter ou assumir apropriadamente uma posição de sujeito marcada por gênero, o que resulta numa crise, real ou imaginária, da auto-representação e/ou avaliação social. Tais crises podem ser de vários graus de seriedade e de duração também variável. Frustração também pode ser o resultado de contradições que surgem entre o assumir múltiplas posições de sujeito, e a pressão de expectativas múltiplas sobre a auto-identidade ou a apresentação social. Pode também vir como resultado da recusa de outras pessoas em assumir ou sustentar suas posições de sujeito em relação a nós mesmas, pondo assim em questão nossa auto-identidade. Uma frase como “ela/ele não foi uma verdadeira mulher/marido para mim” enfatiza a natureza intersubjetiva das questões de gênero e de identidade de gênero. É também uma frase que pode cobrir tudo, desde um fracasso nas relações sexuais até um fracasso nas provisões econômicas. Assim, a frustração pode caracterizar a incapacidade de receber as satisfações ou retribuições esperadas por ter assumido uma posição de sujeito ou modo de subjetividade particulares marcados pelo gênero. Não é necessário que o indivíduo tenha uma visão específica, consciente de quais deveriam ser as satisfações ou retribuições para que experimente a frustração.

Muitos escritores relatam que a violência é freqüentemente o resultado de uma incapacidade de controlar o comportamento sexual de outras pessoas, isto é, a administração que outras pessoas fazem de si mesmas enquanto indivíduos marcados por gênero. Isso explica a violência não apenas entre mulheres e homens, mas também entre mães e filhas, entre cunhadas e entre os próprios homens. Em todas essas situações o que é crucial é o

modo em que o comportamento dos outros ameaça a nossa auto-representação e avaliação social. Assim é o perpetrador da violência que é ameaçado e que experimenta a frustração.

Muitos casos de violência ocorrem em situações onde a parte frustrada corre o risco de sofrer perda material direta, seja em termos de *status* social ou de acesso a recursos econômicos, como resultado das insuficiências – assim percebidas – da vítima da violência. Uma vez mais, fantasias de identidade se ligam a fantasias de poder, o que ajuda a explicar porque a violência é tantas vezes resultado de uma ameaça antes percebida que real. Por exemplo, esposas são muitas vezes espancadas por infidelidades imaginárias, o que torna a violência e a ameaça de violência mais eficaz como meio de controle social.

A discussão de Peter Wade sobre relações de gênero e violência na Colômbia demonstra a existência de múltiplos e contraditórios discursos sobre gênero, e o modo como o discurso dominante sobre gênero enfatiza que as diferenças entre mulheres e homens são categóricas.²⁶ Seu artigo é particularmente útil porque mostra de modo extremamente claro como os objetivos de identidade e de atingir o estatuto de pessoa são diferentes para mulheres e homens, e como os indivíduos estão envolvidos em estratégias que investem em auto-representações e avaliações sociais particulares e as mantêm. Os discursos dominantes e as diferentes posições de sujeito que esses discursos conferem a mulheres e homens operam para limitar as estratégias que os indivíduos podem traçar. As evidentes satisfações e retribuições, muitas delas econômicas, que se seguem à adequada administração de modos de subjetividade marcados por gênero – especialmente para os homens – são diretamente demonstradas. A relação entre fantasias da identidade masculina e fantasias de poder é especialmente volátil. Os homens investem em dois

²⁶ WADE, Peter. Man the Hunter: Gender and Violence in music and drinking contexts in Colombia. In: GROW, Peter and HARVEY, Penelope. (eds.) *Sex and Violence: Issues in Representation and Experience*. London, Routledge, 1994.

discursos concorrentes, o do marido/pai provedor e o do *hombre parrandero* “farrista”. A fantasia da identidade masculina depende da capacidade de equilibrar os dois modos. Os homens, portanto, têm que seguir estratégias que levem suas esposas a submeter-se a seus interesses e como resultado há conflitos freqüentes entre os cônjuges sobre os compromissos extradomésticos do homem. Discursos sobre a identidade de gênero, como observa Wade, estruturam as relações não só com as mulheres, mas também com outros homens. Ser um *hombre parrandero* é uma fonte de prestígio entre os homens, assim como uma fonte de solidariedade masculina, e a participação de *parrandas* além de estabelecer relações próximas e afetivas com outros homens também oferece ao homem uma rede econômica importante. Assim, estratégias econômicas de sucesso envolvem a administração adequada da identidade de gênero. A relação volátil entre fantasias de identidade e fantasias de poder freqüentemente dá lugar a violência tanto entre mulheres e homens quanto entre homens. O homem de sucesso é um homem que administra a relação entre o papel de marido/pai e o de *hombre parrandero*, e assim segura e controla sua situação doméstica, ao mesmo tempo em que mantém sua reputação como bom amigo. O ponto crucial aqui é a representação e a interpretação dos outros dessa representação. O marido perfeito e o amigo perfeito não existem, mas suas imagens e efeitos devem ser mantidos constantemente em operação. Nesse sentido, a violência, quando ocorre, é resultado de uma crise da representação, e também um resultado do conflito entre estratégias sociais que estão intimamente ligadas a esses modos de representação.

Wade enfatiza que a experiência da identidade está presa à experiência do poder, e que desafios ao exercício do poder ou a seus efeitos em termos de *status*, estratégias e interesses são percebidos como ameaças à identidade. O inverso parece igualmente verdadeiro, de modo que desafios dirigidos à identidade de gênero e à administração do gênero do indivíduo, especialmente quando se refletem no comportamento dos outros a

Fantasia de poder e fantasia de identidade

quem o indivíduo é muito próximo, podem ser percebidos como ameaças ao poder, posição, controle e até recursos.

Penny Harvey²⁷ dá dois exemplos interessantes. O primeiro é o de uma mulher regularmente espancada pelo marido, que declara que o comportamento dele poderia ser atribuído ao fato de que ele estava se encontrando com outra mulher, e que isso sempre torna os homens agressivos com suas esposas, especialmente quando suas amantes não estão realmente sob controle. É significativo nesse caso que a amante do homem era também amante de um dos policiais locais. O segundo é o exemplo de uma mulher que foi severamente espancada pelo marido, por causa das faltas de todas suas outras amantes, pois as chamava pelo nome enquanto espancava a esposa. Em ambos os casos a violência é potencialmente explicável, em parte, como frustração do resultado esperado de modos particulares de subjetividade marcada por gênero. E em ambos os casos as auto-representações dos homens individuais enquanto pessoas marcadas por gênero incluíam o direito e a capacidade de ter relações extraconjugais como parte da definição da masculinidade como ativa e agressiva, e hierarquicamente definida em relação à feminilidade. O entendimento cultural andino mais amplo da complementaridade fundada na diferença hierárquica é particularmente relevante, como observa Harvey. No entanto, a capacidade de desenvolver relações extraconjugais é uma consequência de inúmeros fatores: entre eles estão discursos de gênero, identidades de gênero, a natureza hierárquica da diferença de gênero e um conjunto particular de relações de gênero. Mas a realidade da situação, como a etnografia deixa claro, é que no contexto dessas relações extraconjugais específicas atributos da masculinidade desejável, longe de serem confirmados, estão sendo desafiados e talvez até negados. Os homens não conseguem controlar suas amantes como gostariam,

²⁷ HARVEY, Penelope. Domestic Violence in the Peruvian Andes. In: GROW, Peter and HARVEY, Penelope. (eds.) *Sex and Violence*. Op.cit.

não conseguem controlar o acesso de outros homens a essas mulheres e portanto não conseguem controlar a definição de sua própria masculinidade porque não conseguem controlar a definição ou as práticas sociais que envolvem a feminilidade de suas amantes. As únicas mulheres que podem controlar são suas esposas; e são elas que confirmam a masculinidade de seus maridos pela apropriada adoção da posição oposta de sujeito feminino, e assim os maridos as espancam. Uma vez mais a violência é a consequência de uma crise na representação, tanto individual como social. A incapacidade de manter a fantasia de poder provoca uma crise na fantasia de identidade, e a violência é um meio de resolver essa crise porque age re-confirmando a natureza de uma masculinidade de outra maneira negada.

Nessas situações sociais onde os discursos dominantes sobre gênero constroem as categorias “mulher” e “homem” como mutuamente exclusivas e hierarquicamente relacionadas, a representação da própria violência é altamente sexualizada, e é inseparável da noção de gênero e, em particular, da noção de diferença de gênero. Contudo, a diferença de gênero não é a única forma de diferença empregada na representação da violência. Outras formas de diferença, notadamente classe e raça, são cruciais na formação dos discursos sobre a identidade social, e são constitutivas de modos de subjetividade do mesmo modo que gênero. Segue-se, portanto, que essas formas da diferença estarão fortemente implicadas na relação estabelecida entre fantasias de poder e fantasias de identidade. Quando essa relação é posta em questão, a violência, ou a ameaça de violência, pode ser o resultado. Ao apresentar o argumento não pretendo cair na armadilha de sugerir que toda violência tem origem semelhante, e/ou que não há diferença entre as formas e graus de violência, ou em termos de sua incidência. Mas quero, sim, sugerir que em termos da violência interpessoal, e com referência à relação entre violência e formas particulares da diferença – gênero, raça, classe – podemos chegar mais perto de uma compreensão do fenômeno se mudarmos nosso olhar, deixando de pensar a violência como

Fantasia de poder e fantasia de identidade

uma ruptura da ordem social – alguma coisa que está errada – e passando a vê-la como sinal de uma luta pela manutenção de certas fantasias de identidade e poder. Quando chegamos a uma consideração final da relação entre violência e gênero, é claro que a violência de todos os tipos está marcada por gênero em sua representação, na maneira como é pensada e constituída como fato social. Em sua realização como prática social é parte de um discurso, ainda que contraditório e fragmentado, sobre a diferença de gênero.